



# REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UEMS

## GIDDENS E BOURDIEU: BREVES APONTAMENTOS SOBRE ESTRUTURA E AÇÃO

### GIDDENS AND BOURDIEU: BRIEF NOTES ON STRUCTURE AND ACTION

Edson Lugatti Silva Bissiati<sup>1</sup>

#### INTRODUÇÃO

A teoria sociológica, desde seus primórdios, constroi-se em grande medida a partir da formulação de problemas, no que concerne aos fundamentos da vida moderna. Compreender como se conforma o tecido social implica, essencialmente, elaborar teorias capazes de lançar luz sobre essa complexa tarefa. Do positivismo de Auguste Comte, passando pelas escolas sociológicas da tríade Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, bem como pelo interacionismo de Georg Simmel, um dos aspectos centrais do debate foi compreender se a sociedade emerge por meio de funções e/ou estruturas preexistentes, ou se é produto das relações entre os sujeitos e da própria ação individual. Apesar das contribuições fundamentais desses autores e dos avanços por eles empreendidos, os dilemas relacionados a essa questão permanecem como desafios na reflexão sociológica.

No século XX, a busca por respostas acerca da dicotomia indivíduo/coletivo continuou a influenciar o pensamento de teóricos como George Mead, Alfred Schutz, Talcott Parsons, Niklas Luhmann e, mais tarde, Jurgen Habermas, Anthony Giddens e Pierre Bourdieu, entre outros. Jeffrey Alexander (1987, p.1) aponta que, na tentativa de superar a hegemonia do funcionalismo no pós-guerra, duas revoluções teóricas foram empreendidas. De um lado,

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais (PPGCSO-UFJF) e Doutorando em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Orcid.org/0000-0002-4813-7562, Email: [edsonbissiati@iesp.uerj.br](mailto:edsonbissiati@iesp.uerj.br)

surgiram escolas de microteorização, que enfatizavam o caráter contingente da ordem social e a centralidade da negociação individual; de outro, as escolas de macroteorização concentravam-se no papel coercitivo das estruturas na determinação do comportamento individual e coletivo. Entretanto, ambas as perspectivas começaram a declinar à medida que emergia uma nova geração de sociólogos – como Bourdieu e Giddens – empenhada em articular os conceitos de “ação” e “estrutura”, promovendo uma síntese teórica (Alexander, 1987; Domingues, 2001).

Como destacado por Alexander, a teoria sociológica da segunda metade do século XX inaugurou um novo capítulo com ênfase nas propostas de síntese entre os pólos de agência e estrutura. Nesse sentido, José Maurício Domingues (2001) considera as reflexões de Bourdieu e Giddens como algumas das mais relevantes tentativas de superar a unilateralidade teórica, em que agência e estrutura são tratadas como opostos na explicação da vida social. Apesar de pertencerem a diferentes tradições – Bourdieu à escola francesa e Giddens à britânica –, os projetos intelectuais de ambos apresentam traços em comum, indo além da intenção de integrar o micro e o macro. Entre esses traços, destacam-se a riqueza filosófica, metodológica e epistêmica.

Apesar das convergências e da importância histórica de seus trabalhos, as diferenças presentes nas teorizações de Bourdieu e Giddens são igualmente relevantes. Essas distinções no modo como os autores posicionam “ação” e “estrutura” em suas reflexões ilustram não apenas a complexidade de seus pensamentos, mas também os desafios contínuos da sociologia ao lidar com tais questões. Diante disso, este ensaio tem como objetivo dissertar – ainda que brevemente<sup>2</sup> – sobre como os conceitos de “ação” e “estrutura” são abordados nos estudos teóricos de Bourdieu e Giddens, mobilizando algumas de suas principais obras, como *Central Problems in Social Theory* (1979) e *As Consequências da Modernidade* (1990), de Giddens, e *O Poder Simbólico* (1989) e *A Economia das Trocas Simbólicas* (2007), de Bourdieu.

Argumentamos que, embora haja convergência no projeto teórico de ambos quanto à síntese entre “ação” e “estrutura”, os caminhos seguidos por cada autor divergem significativamente<sup>3</sup>. Bourdieu enfatiza aspectos mais rígidos e condicionantes da ação social, enquanto Giddens adota uma abordagem mais fluida e reflexiva. Para explorar essas nuances, o texto está dividido em quatro partes: na primeira, analisamos a teoria da estruturação de

---

<sup>2</sup> O intuito no ensaio é o de trazer alguns apontamentos sobre os estudos dos autores acerca da temática, porém, ressaltamos que o trabalho carece de maiores aprofundamentos na presente teorização discutida.

<sup>3</sup> Ressalva-se que tal análise não deve negligenciar a diferença basilar entre os *habiturs* intelectuais nacionais. O modo de construção teórica francês, no qual Bourdieu se insere, possui pressupostos ontológicos e metodológicos distintos do estilo de pensamento inglês de Giddens, o que impõe limites e cuidados específicos a qualquer tentativa de equiparação direta entre seus conceitos

Giddens; na segunda, examinamos os conceitos de *habitus*, “capital” e “campo” em Bourdieu; em seguida, discutimos as convergências e divergências nas teorizações de ambos; e, por fim, apresentamos as considerações finais, oferecendo um balanço das reflexões desenvolvidas ao longo do ensaio.

## A AGÊNCIA E A ESTRUTURA EM GIDDENS

Anthony Giddens consolidou seu lugar entre os grandes teóricos sociais do século XX ao lançar luz sobre uma das principais questões da teoria sociológica: a relação entre “ação” e “estrutura”. Em sua abordagem, Giddens não apenas teorizou sobre essa problemática, mas também refletiu profundamente sobre o fenômeno da modernidade, evidenciando como este está intrinsecamente ligado às formas pelas quais a tradição sociológica comprehende a vida social. Assim, as noções de agência e estrutura, bem como as implicações da modernidade, ocupam um lugar central em sua teoria da sociedade.

José Maurício Domingues (2001) destaca que a “teoria da estruturação” de Giddens é profundamente influenciada por diversas correntes filosóficas e sociológicas, como o estruturalismo, a fenomenologia, a virada linguística, o pós-estruturalismo, o funcionalismo, além do marxismo e do weberianismo. Giddens mobiliza esses referenciais em diferentes graus, – a depender da corrente –, para construir uma abordagem que sintetize os conceitos de ação e estrutura (Giddens, 1979). Além disso, sua teoria aborda a questão da reflexividade, um tema que permanece relevante nas discussões contemporâneas da teoria social.

Posto isso, o cerne analítico da teoria de Giddens é a “dualidade da estrutura”, que busca compreender agência<sup>4</sup> e estrutura como elementos interdependentes, capazes de conjuntamente fornecer bases para a reflexividade dos atores sociais, bem como para as estruturas que os condicionam e influenciam (Domingues, 2001; Giddens, 1979). Na perspectiva do autor, os atores sociais são reflexivos, o que amplia, à luz da sociologia, o potencial de mudança dos sujeitos no comportamento individual e coletivo, acarretando transformações no tecido social e, consequentemente, nas estruturas que o sustentam (Giddens, 1979; Kaspersen, L. B. 2000). Nessa direção, Giddens identifica na linguagem um de seus principais vetores explicativos da estrutura. De forma descriptiva, o autor demonstra como os indivíduos utilizam a língua e/ou a

<sup>4</sup> Segundo Anthony Giddens (1979), as ações humanas frequentemente produzem efeitos não intencionados que vão além das intenções originais dos agentes. Esses resultados emergem da interdependência entre a ação e a estrutura, já que a prática social é tanto o meio quanto o resultado da reprodução das estruturas sociais. Para Giddens, essas consequências não são apenas efeitos colaterais, mas parte essencial do processo pelo qual as estruturas sociais são sustentadas ou transformadas ao longo do tempo. Isso reforça a ideia de que o comportamento humano não pode ser reduzido a escolhas puramente racionais, mas está imerso em contextos estruturais e históricos.

linguagem sem necessariamente estarem conscientes de suas regras, embora a pratiquem e, com o tempo, contribuam para sua transformação.

Ao tratar mais detidamente da ideia de estrutura, Giddens lhe atribui um caráter duplo. Por um lado, a estrutura condiciona a agência; por outro, ela atua como catalisadora das ações dos atores na vida social (Giddens, 1979). Essa conceituação visa também se contrapor à definição de estrutura proposta por autores como Talcott Parsons. Para Giddens, Parsons apresenta uma visão excessivamente descritiva de estrutura, enquanto ele próprio defende uma abordagem que considera a ação humana como intencional e transformadora, mas sempre situada e contextualizada pelas estruturas sociais. Contudo, de acordo com Domingues (2001), os sistemas sociais, para Giddens, são processos interativos que constituem “totalidades” estruturadas. Esses sistemas, em última instância, promovem a integração entre ação e estrutura, cujas regras e recursos se estabelecem a partir do movimento dos sujeitos.

No cerne do que Giddens denomina como teoria da estruturação, é possível perceber seu interesse pelas implicações da modernidade e seus desdobramentos na vida dos atores sociais e na sociedade em geral. Na obra *As Consequências da Modernidade*, Giddens (1991) utiliza essa base teórica para analisar como instituições modernas, como o capitalismo e o estado-nação, derivam, em grande medida, da ação humana, ao mesmo tempo em que moldam as ações dos indivíduos. No que diz respeito às “descontinuidades” da modernidade, o autor as comprehende como resultados da dinâmica entre ação e estrutura, na qual as ações humanas transformam as estruturas, mas também são constrangidas por elas (Giddens, 1991).

Nesse sentido, a noção de reflexividade é um vetor analítico central para Giddens em suas reflexões sobre o assunto. Isso porque a modernidade é caracterizada pela reflexividade institucionalizada, em que as práticas sociais são constantemente revisadas e reformuladas à luz de novos conhecimentos, tornando a reflexividade — produzida e moldada pelos atores e pelo tecido social — um dos principais motores do dinamismo da vida moderna (Giddens, 1979; 1991). A ênfase de Giddens na perene transformação do mundo moderno contrasta com explicações sociológicas puramente funcionalistas e estruturalistas, que, em sua visão, pouco atribuem aos sujeitos o papel de agentes de mudança na vida social.

Ainda que de forma implícita, Giddens confere um maior poder de agência aos atores em sua teoria da reflexividade. Apesar de reconhecer o papel fundamental das estruturas nesse processo, suas análises sobre a dinamicidade do moderno frequentemente destacam a ação em detrimento da estrutura. Domingues (2001) aponta, entretanto, que o interacionismo simbólico ocupa um lugar lateral nas reflexões de Giddens, relegando as interações sociais a um papel secundário em seus esforços analíticos. Desse modo, os estudos de Giddens tendem a carecer

de uma abordagem mais robusta que considere o impacto das interações sociais na formação e na contínua transformação da modernidade. Seu foco predominante nas noções de estruturação, reflexividade e dualidade da estrutura, embora inovador, deixa em segundo plano elementos que poderiam enriquecer suas análises sobre a relação entre atores, interações sociais e mudança estrutural.

No contexto das reflexões sobre a sociedade moderna, a teoria da estruturação destaca os conceitos de “tempo” e “espaço”<sup>5</sup>, como centrais. A separação entre ambos é apresentada como condição essencial para o distanciamento espaço-temporal, o desenvolvimento de sistemas abstratos e, consequentemente, para a compreensão das principais características da modernidade. Assim, traçando um paralelo com a obra *Central Problems in Social Theory*, embora o tema não seja central, Giddens (1979) destaca a importância do “contexto”<sup>6</sup> para a compreensão da ação social. Esse ponto, mesmo que indiretamente, se relaciona com sua discussão sobre espaço e tempo em *As Consequências da Modernidade*. O conceito de “contexto” nos lembra que tempo e espaço são constituintes essenciais tanto da ação quanto das estruturas sociais.

Assim, como procuramos demonstrar, o projeto intelectual de Anthony Giddens é notavelmente marcado pelas questões teóricas que envolvem tanto as noções de agência e estrutura quanto às discussões sobre as implicações da modernidade. Nesse sentido, suas proposições teóricas e analíticas se interligam metodologicamente com o conceito de estruturação, que busca confrontar o estruturalismo e o funcionalismo, tendo como ponto central sua defesa da reflexividade dos sujeitos/atores sociais. Ao aplicar, em algum grau, tal concepção para refletir sobre o fenômeno moderno, observamos o caráter mais fluido de sua abordagem, especialmente ao atribuir um papel significativo à agência. Sendo assim, imerso as proposições de Pierre Bourdieu apresentam semelhanças com as de Giddens? Ou sua síntese teórica tende a ser mais cristalizada quando analisamos a ação dos sujeitos e a estrutura que incide sobre eles?

---

<sup>5</sup> Giddens (1979) redefine as categorias de tempo e espaço como elementos fundamentais para compreender a constituição das práticas sociais. Ele argumenta que as interações sociais são sempre situadas em tempo-espaço, que não são apenas coordenadas físicas, mas também dimensões sociais que conectam o cotidiano à continuidade das estruturas sociais. Assim, tempo e espaço são vistos como contextos interativos e fluidos que possibilitam tanto a reprodução quanto a transformação social.

<sup>6</sup> Para Giddens (1979), o contexto é central na análise das práticas sociais, sendo composto pelas condições de reprodução social que moldam e são moldadas pela ação humana. Ele enfatiza que o significado das ações só pode ser compreendido dentro de contextos específicos, nos quais o agente social utiliza e transforma estruturas sociais. Isso conecta práticas rotineiras a configurações de poder, cultura e relações sociais mais amplas, permitindo uma interpretação relacional do agir social.

## BOURDIEU: CAPITAL, *HABITUS* E CAMPO E A ÊNFASE NA ESTRUTURA

A sociologia de Pierre Bourdieu tornou-se indispensável para os estudiosos e teóricos da vida social, especialmente para aqueles que investigam questões relacionadas à desigualdade e ao poder. Suas proposições teórico-conceituais sobre “capital”, *habitus* e “campo” são essenciais para as discussões acerca da relação entre estrutura e ação social no pensamento sociológico. Como aponta Sérgio Miceli (2007), o mérito das reflexões de Bourdieu está na crítica aos que consideram os fenômenos simbólicos meros apêndices da sociologia do conhecimento, sem conexão com o sistema de poder, bem como àqueles que desconsideram a realidade própria do simbólico, subordinando-o a estruturas rígidas ou funcionalidades específicas.

Tal como Giddens, Bourdieu aborda como problema teórico central a relação entre ação e estrutura, integrando-a a seu mosaico conceitual, cujas principais ferramentas analíticas incluem os conceitos de *habitus*, capital e campo. Além disso, a filosofia da linguagem de Wittgenstein, a sociologia de Erving Goffman e mesmo a de Marx, entre outros, também exercem influência marcante em sua produção intelectual. Ao tentar distanciar-se do estruturalismo, Bourdieu busca formular uma reflexão que promova uma síntese entre a agência dos sujeitos e as estruturas condicionantes do tecido social.

O conceito de *habitus* é fundamental na teoria de Bourdieu. Ele se refere a um conjunto de disposições internalizadas que orientam as ações dos agentes, funcionando como uma “estrutura estruturante e estruturada”, que, ao se manifestar em práticas concretas, reproduz as estruturas sociais. Domingues (2001) assinala que o *habitus* é incorporado na memória e no corpo do sujeito como regras práticas para a ação. Apesar de Bourdieu (1989) descrever o *habitus* como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que condiciona fortemente as práticas dos agentes, ele também destaca a presença de reflexividade, o que permite inventividade e criatividade nas ações dos indivíduos.

Igualmente importante é a noção de “campo”, que pode ser entendida como um espaço social estruturado por relações objetivas entre posições. Nesse espaço, os agentes competem pela acumulação de diferentes formas de capital e pela ocupação de posições que asseguram vantagens em disputas sociais, políticas, econômicas e de poder. Bourdieu (1989) define o campo como um espaço social estruturado pela atuação de agentes com relevante poder simbólico, que determinam conteúdos e relações sociais entre os sujeitos (Bourdieu, 1989; Domingues, 2001). Nesse contexto, emergem e se consolidam diferentes campos, como o econômico, jurídico, político, religioso e educacional. Essa concepção busca equilibrar a agência dos indivíduos e a influência das estruturas sociais, considerando o impacto das

posições ocupadas no campo sobre os *habitus* dos atores inseridos nesse espaço (Domingues, 2001).

Já o conceito de “capital” é intrinsecamente ligado ao de campo, pois surge e se reproduz em seu interior, por meio da diferenciação e da acumulação realizada pelos agentes. O capital pode ser entendido como um recurso ou tipo de poder — material, cultural ou simbólico — que circula entre os grupos sociais. Ele é acumulado, convertido e utilizado como instrumento de dominação ou como recurso estratégico nas relações sociais (Bourdieu, 2007). Nesse sentido, os detentores de maior capital em um dado campo possuem maior margem de ação em comparação àqueles com menor capital (Neveu, 2018). Essa conceituação constitui uma das principais contribuições de Bourdieu para os estudos sobre desigualdade social em suas diferentes dimensões.

Entretanto, ao analisar como Bourdieu conceitua e explicita sua tríade teórica — *habitus*, campo e capital —, percebemos que, embora ele busque uma síntese geral da teoria sociológica (Domingues, 2001), na qual agência e estrutura são pensadas em simbiose, o sujeito é mais condicionado pelas estruturas sociais do que plenamente reflexivo ou capaz de agir como produtor autônomo do tecido social. Em outras palavras, apesar de Bourdieu reconhecer e até enfatizar a possibilidade de transformação social, sua abordagem demonstra que essa transformação é complexa e exige um embate constante contra as estruturas consolidadas e disposições internalizadas, além de demandar mudanças significativas nas relações de poder que estruturam a sociedade.

Nesse sentido, é possível identificar movimentos teóricos similares entre Bourdieu e Giddens, ambos engajados em construir projetos intelectuais que buscam superar a dicotomia entre agência e estrutura. Contudo, enquanto partilham da ambição de sintetizar as macro teorias sociológicas, suas preocupações se voltam para questões centrais que permanecem relevantes na vida social contemporânea. Bourdieu entendia sua teoria como uma ferramenta para compreender a realidade empírica e, por isso, criticava o teoricismo excessivo (Domingues, 2001). Essa postura prática se reflete em suas contribuições para o entendimento das desigualdades educacionais, culturais e econômicas. Por outro lado, Giddens posiciona seu projeto teórico como um meio para explorar as implicações sociopolíticas da modernidade, com ênfase na reflexividade dos agentes e nos desencaixes estruturais do mundo moderno.

Dessa forma, uma questão central emerge: quais são as convergências e diferenças entre esses autores em relação ao problema teórico de fundo que compartilham, ou seja, a posição da “ação” e da “estrutura” como lentes para entender a sociedade? Essa pergunta não apenas orienta a análise comparativa entre suas teorias, mas também ilumina como cada um aborda a

dinâmica entre condicionamento social e agência, bem como as possibilidades de transformação do tecido social no contexto contemporâneo.

## **GIDDENS E BOURDIEU: DIFERENÇAS**

Ao analisarmos as contribuições de Giddens e Bourdieu para questões cruciais ao entendimento da sociedade, percebemos como a reflexividade, em Giddens, e o *habitus*, em Bourdieu, dialogam com uma mesma problemática teórica: compreender como as práticas sociais se constituem e de que maneira elas condicionam, possibilitam ou catalisam a agência dos sujeitos. Nesse sentido, Giddens (1979) enfatiza que a “reflexividade” é uma característica definidora da modernidade, na qual as práticas sociais são continuamente examinadas e reformuladas à luz de novas informações. Essa “reflexividade” não se limita à "monitoração reflexiva da ação", mas inclui uma reavaliação contínua que altera o caráter das práticas de forma constitutiva. Por outro lado, Bourdieu (2007) introduz o conceito de *habitus* como um conjunto de disposições duráveis e transferíveis, internalizadas pelos indivíduos através da socialização. O *habitus* funciona como uma "gramática geradora" que molda práticas, percepções e ações, determinando como os indivíduos percebem, agem e se relacionam com o mundo social.

Para Giddens, a “reflexividade” sugere que os atores sociais têm um papel ativo na construção de suas vidas e da sociedade, uma vez que possuem a capacidade de monitorar e ajustar constantemente suas ações. Essa abordagem, baseada na teoria da estruturação, reconhece o papel da estrutura, mas amplifica as possibilidades de agência e consciência dos sujeitos, inclusive no que diz respeito às condicionantes sociais. Já em Bourdieu, o *habitus* é primordialmente um condicionante social, internalizado pelos indivíduos e desenvolvido em interação com as estruturas sociais. Embora o *habitus* também permita um certo grau de criatividade e improvisação nas práticas sociais, essa inventividade está intrinsecamente ligada às disposições adquiridas pelas estruturas internalizadas.

Quando comparamos essas definições, percebemos que Giddens confere maior protagonismo à agência em detrimento da estrutura, ao passo que, nas proposições de Bourdieu, a estrutura assume um papel predominante. A “reflexividade” em Giddens oferece um “fôlego” ampliado à ação consciente e transformadora, enquanto o *habitus* bourdiesiano enfatiza os limites impostos pelas condições estruturais internalizadas, mesmo ao reconhecer alguma margem para criatividade no agir social.

Posto isso, uma questão que permeia as reflexões de ambos os autores é a dos “campos sociais”, sobretudo aqueles em que o conhecimento ocupa um papel central. Em Giddens

(1991), a produção de conhecimento social — incluindo a sociologia — não é apenas um fenômeno descritivo, mas, sobretudo, constitutivo do tecido social ao qual se refere. Por exemplo, os dados estatísticos sobre economia, índices de desenvolvimento humano e outras métricas não se limitam a representar numericamente aspectos da realidade; ao serem manipulados e interpretados por sujeitos inseridos em esferas específicas de conhecimento, tornam-se parte integrante da construção e transformação do mundo social. Nesse sentido, sob a perspectiva de Giddens, os atores sociais, em suas diversas dimensões, monitoram e ajustam constantemente suas ações, exercendo influência sobre as estruturas presentes na sociedade.

Por outro lado, o conceito de “campo social”<sup>7</sup>, destacado por Bourdieu (1989), refere-se a estruturas organizadas de relações sociais, nas quais os indivíduos competem por recursos e, consequentemente, por poder. Cada campo — como o da educação, da arte ou da política — é estruturado por regras, hierarquias e formas de capital próprias (Bourdieu, 1989). A capacidade de agência de um sujeito dentro de um campo depende, em grande medida, de suas possibilidades simbólicas de influenciar as configurações sociais do campo em que está inserido. Essa ação, por sua vez, ocorre por meio do *habitus* e do capital acumulado pelo indivíduo, que determinam sua relevância e poder dentro do campo.

A noção de “esferas” e/ou “campos sociais” e seus desdobramentos em áreas como economia, política, ciência, religião, entre outras, constitui uma marca central das problemáticas da modernidade. É por isso que esses conceitos fundamentam os estudos de Bourdieu e Giddens, ao refletirem como o sujeito molda e é moldado no contexto da vida social. Ainda assim, como temos visto, o dualismo entre “estrutura” e “ação”, presente nas teorias de ambos, apresenta nuances distintas. Enquanto Giddens propõe uma capacidade de ação mais consciente e deliberativa, Bourdieu enfatiza o caráter incorporado e, em grande medida, não consciente das disposições sociais que orientam as práticas dos agentes.

O fenômeno do moderno, ao fim e ao cabo, quando pensado à luz das teorias desses autores, ganha contornos distintos dependendo de como se considera sua influência sobre o indivíduo. É possível supor que, para o sociólogo britânico, a modernidade exige que os indivíduos construam reflexivamente suas identidades e transformem as estruturas ao seu redor. Já sob o prisma da teoria de Bourdieu, essa agência não é orientada pela escolha do sujeito, mas, antes, é um produto da história, das condições e, em grande medida, das relações sociais. Em suma, no contexto da modernidade em que a vida social se desenrola, indivíduo e sociedade

---

<sup>7</sup> Domingues (2001) lembra que o conceito de "campo", em Bourdieu, é influenciado pelas proposições weberianas sobre a diferenciação das esferas sociais e as especializações decorrentes da ascensão da modernidade.

são teorizados por esses autores como forma de compreender os mecanismos que possibilitam a organização de um mundo complexo, multifacetado e desigual.

Ainda que o repertório teórico, conceitual e analítico desses autores seja essencial para quem busca entender os problemas que circundam a sociologia moderna e contemporânea, algumas questões centrais são pouco exploradas por eles. Mesmo enfatizando o elemento relacional da constituição da vida social, a subjetividade individual ou relacional tem pouca presença em suas reflexões. Em Bourdieu, as relações sociais se conformam no campo por meio das posições de poder e da posse de capital, que, como explicitado, têm caráter condicionante, e não pela interação direta entre os atores (Domingues, 2001). Giddens, embora fundamentalmente seus estudos sobre a reflexividade do sujeito e a modernidade em algum grau em sua teoria da “estruturação”, ao dar ênfase à agência, parece não oferecer a robustez necessária à sua concepção de consciência do indivíduo, utilizando-se de maneira incipiente das noções de Freud sobre o tema.

Além disso, Domingues (2001) aponta que, quando Giddens formula sua noção de estrutura — que também atua sobre o sujeito —, o modo como teoriza o caráter condicionante desta é deliberadamente entendido como “real” e cristalizado em “traços” de memória, tanto das instituições sociais quanto da mente dos agentes, ou seja, dos indivíduos. Contudo, o autor não esclarece a substantividade dessa proposição. Assim, Giddens toma como dado relevante de sua formulação sobre a relação entre estrutura e ação algo que ainda se constitui como uma possibilidade, especialmente no que tange ao papel da estrutura nas instituições do tecido social e na vida dos indivíduos.

A despeito das possíveis lacunas em ambas as proposições, o grau de sofisticação teórica que os autores imprimem ao debate sobre individualismo, estruturalismo, funcional-estruturalismo, dentre outros, é inegável. O modo como se apresentam as gradações no papel da agência e da estrutura no empreendimento intelectual de Giddens e Bourdieu reflete a complexidade epistêmica envolvida na organização da sociedade ao longo da história e, sobretudo, na modernidade. Nesse sentido, avançar em direção a teorias que estejam, conceitual e analiticamente, mais sistematizadas pode fornecer chaves interpretativas ainda mais acuradas para os problemas que esses sociólogos buscaram compreender.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste ensaio, procuramos apresentar sinteticamente como a problemática sociológica sobre estrutura e ação é tratada nos trabalhos de Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. Afinal, consideramos que debruçar-se sobre esse tema ainda é tarefa essencial para quem se preocupa

em entender a teoria social em suas múltiplas dimensões e complexidades. No tópico introdutório, apresentamos o tema e explicitamos os objetivos do trabalho. No tópico seguinte, tratamos do modo como Giddens desenvolve a noção de estruturação e as implicações de sua teorização para o entendimento da modernidade, destacando, sobretudo, como sua sociologia confere ênfase substantiva à agência. Posteriormente, abordamos as proposições de Bourdieu, mais especificamente os conceitos de *habitus*, “campo” e “capital”, e o modo como seus desdobramentos teóricos, apesar de intentarem fornecer certo grau de ação e criatividade ao sujeito, mantêm a estrutura como fenômeno condicionante das relações sociais. Refletindo sobre a diferença de ênfase teórica de cada autor, dissertamos, na seção seguinte, sobre como, apesar de ambos se inclinarem a produzir uma síntese que supere as abordagens clássicas acerca da constituição e conformação do social, seus empreendimentos seguem caminhos distintos: o sociólogo francês privilegia os aspectos estruturais e condicionantes, enquanto o britânico destaca o papel reflexivo do sujeito no agir.

Por fim, cabe salientar que, ao buscarem superar a clássica dicotomia entre o coletivo e o individual, que permeia a sociologia desde seus primórdios, Bourdieu e Giddens oferecem contribuições incontornáveis para a seguinte pergunta: *como é possível a ordem social?* As dimensões do poder — sejam elas de caráter econômico, político, cultural ou religioso — são problemas inescapáveis com as formulações e reflexões bourdiesianas. Nessa mesma linha, a relevância da teorização de Giddens, ao explorar as implicações da interação entre ação social e estrutura, insere na tradição sociológica questões que nem mesmo correntes mais ortodoxas, sejam elas individualistas ou estruturalistas, podem desconsiderar. Além disso, suas reflexões sobre o fenômeno da modernidade são cruciais para as ciências sociais contemporâneas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, 1987. Disponível em: [https://www.academia.edu/26817173/O\\_NOVO\\_MOVIMENTO\\_TEORICO](https://www.academia.edu/26817173/O_NOVO_MOVIMENTO_TEORICO). Acessado em: 20 de dez. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1989.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Central problems in social theory**. Londres: Macmillan, 1979.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

.

KASPERSEN, L. B. **Anthony Giddens: an introduction to a social theorist.** Oxford: Blackwell Publishers, 2000.

MICELI, Sérgio. A força do sentido. In: Bourdieu, P. **A economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

NEVEU, E. “Bourdieu’s Capital(s): Sociologizing an Economic Concept”. IN: Medvetz, T./Sallaz (Eds.). **The Oxford Handbook of Pierre Bourdieu.** Oxford: Oxford University Press, 2018.

Recebido em  
25/10/25 e aceito  
em 02/12/2025